

ANEXO II

MODELO - TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº. ____/2026 - PROAC EDITAIS

Pelo presente instrumento, o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 51.531.051/0001-80, com sede à Rua Mauá, nº 51, Luz, São Paulo/SP, doravante denominada SECRETARIA e representada pela Diretora de Fomento à Cultura, Economia e Indústria Criativas, sra. _____, RG _____, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede/domicílio à _____, CNPJ _____, representada pelo(a) sr.(a) _____, RG _____ e CPF _____, com domicílio na Rua _____, doravante denominada CONTEMPLADO, com fundamento na Lei Estadual nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, no Decreto Estadual nº 54.275, de 27 de abril de 2009, no Decreto Estadual nº 69.507, de 30 de abril de 2025, na Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024 e no Edital Fomento CultSP ProAC nº ____/2026, resolvem celebrar o presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Execução Cultural o estabelecimento das obrigações a serem observadas pela SECRETARIA e pelo CONTEMPLADO para o desenvolvimento do projeto cultural intitulado _____, que se sagrou vencedor no Chamamento Público do Edital de Fomento CultSP ProAC ____/2026, conforme consta no processo administrativo SEI _____.

2. DO REPASSE

2.1. O valor total do repasse corresponde a R\$ _____ (número por extenso), e será efetuado em parcela única, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, mediante crédito em conta corrente ativa e apta no Banco do Brasil (conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017), especialmente aberta para este fim.

2.2. No presente exercício financeiro o valor onerará o subelemento econômico PT _____ / ND. _____.

2.3. O repasse está condicionado à destinação de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual de 2026, hipótese em que, na sua ausência, este Termo será rescindido, sem ônus para as partes.

2.4. Constitui condição para a efetivação do repasse a inexistência de registros em nome do CONTEMPLADO no portal de inscritos do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN Estadual, o qual deverá ser consultado na efetivação do desembolso.

2.4.1. Não estando em situação regular no CADIN Estadual para a efetivação do repasse, o CONTEMPLADO terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação da SECRETARIA, para providenciar sua regularização, sob pena de rescisão do termo.

3. DOS PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência do presente Termo é de 30 (vinte) meses, a contar da data da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado excepcionalmente, mediante autorização prévia da Diretoria de Fomento, Economia e Indústria Criativas e celebração de Termo aditivo ao Termo de Execução Cultural.

3.2. O prazo de execução do objeto será de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do recebimento do aporte, podendo ser prorrogado por até 120 (cento e vinte) dias, mediante deliberação do gestor e celebração de Termo de Apostilamento.

3.3. A prorrogação do prazo de execução do objeto poderá superar o período de 120 (cento e vinte) dias, mediante autorização prévia da Diretoria de Fomento à Cultura, Economia e Indústria Criativas, desde que não extrapole o prazo de vigência do Termo de Execução Cultural.

3.4. Em qualquer hipótese de pedido de prorrogação, o CONTEMPLADO deverá apresentar solicitação formal com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da conclusão do projeto, com cronograma atualizado e detalhado, e justificativa devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade da prorrogação e sua coerência com o período originalmente aprovado.

4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTEMPLADO

4.1. Caberá ao **CONTEMPLADO**:

- a) Executar o projeto conforme a proposta aprovada no Edital de Chamamento Público.
- b) Manter, durante toda a vigência do Termo, as condições exigidas para a habilitação e para a assinatura do Termo.
- c) Realizar a aplicação financeira do valor repassado em aplicação de curto prazo, liquidez imediata e com classificação baixo risco, como caderneta de poupança.
- d) Utilizar os rendimentos de ativos financeiros exclusivamente em benefício do objeto do Termo de Execução Cultural.
- e) Solicitar instruções à SECRETARIA para restituir eventual saldo remanescente da conta bancária vinculada ao projeto, mediante recolhimento do valor para o Fundo Especial de Despesa.
- f) Responsabilizar-se pelos compromissos, cobrança de ingresso (caso haja) e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, bancária, intelectual (direito autoral, inclusive os conexos, e de propriedade industrial), classificação indicativa, bem como quaisquer outros resultantes desta contratação.
- g) Mencionar, de forma explícita, visível e destacada o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, o Programa de Ação Cultural - ProAC, nos créditos e em todo material de divulgação do projeto (impresso, virtual e audiovisual), conforme regras previstas no Manual de Identidade Visual do ProAC, disponível no site www.fomentocultsp.sp.gov.br.
- h) Mencionar o apoio em entrevistas que conceder ou em *releases*, em qualquer meio de comunicação, em território nacional ou estrangeiro.
- i) Enviar, para fins de aprovação prévia, o material de divulgação em formato digital referente à execução do projeto com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de sua veiculação, contendo o número de inscrição do projeto. Essa solicitação deve ocorrer via sistema eletrônico disponível no site www.fomento.sp.gov.br
- j) Submeter à aprovação da SECRETARIA eventual alteração de cronograma, orçamento, ficha técnica, local(is) de realização do projeto proposto no ato da inscrição, mediante envio de plano de trabalho revisado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis em relação à alteração, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alteração do proponente e do objeto do projeto.
- k) Como medida mínima de democratização, realizar ação em observância ao item 8.3 do edital.

l) Como medida de democratização, autorizar a utilização da obra audiovisual pela SECRETARIA, mediante licença de uso para exploração gratuita, sem finalidade lucrativa e sem exclusividade por prazo indeterminado e restrita aos termos pactuados nas Cláusulas 6.1. a 6.3. do presente instrumento, após 24 (vinte e quatro) meses da estreia comercial, ficando o CONTEMPLADO responsável por informar a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, a data da realização da referida estreia e ficando o CONTEMPLADO desimpedido para estabelecer outras formas de exploração comercial em conformidade com a legislação aplicável.

4.2 Para os fins de comprovação de cumprimento do objeto, o **CONTEMPLADO** fica obrigado a enviar à **SECRETARIA**:

- a) Entrega de 01 (uma) cópia da respectiva matriz audiovisual em mídia física, preferencialmente em pendrive, ou em outra mídia equivalente, contendo arquivo em condições adequadas de acesso, visualização e arquivamento, observados os seguintes padrões técnicos:
 - a. Resolução mínima: 2K, admitida resolução superior, como 4K;
 - b. Formato recomendado: MP4;
 - c. Codec de vídeo: H.264 ou H.265.
- b) Link para acesso à obra audiovisual finalizada, conforme especificações previstas no Termo de Execução Cultural.
- c) Certificado de Produto Brasileiro — CPB, emitido pela ANCINE.
- d) Informações da obra contendo:
 - a. Gênero
 - b. Elenco participante;
 - c. Indicação do público-alvo alcançado.
 - d. classificação indicativa;
- e) Cópia ou registro dos créditos finais da obra, comprovando a menção ao Governo do Estado de São Paulo, à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e ao ProAC, conforme Manual de Identidade Visual e Comunicação.
- f) Descreva, de forma objetiva, como foram realizadas as etapas previstas no plano de trabalho, incluindo eventuais readequações autorizadas
- g) Comprovação das ações de democratização e Acessibilidade;
 - a. Modelo de Declaração de Atividades Realizadas, segue no Anexo VI
- h) Contrato de licenciamento definitivo para ações institucionais de difusão, conforme Anexo III;
- i) Cronograma de execução realizado;

- j) Planilha com o detalhamento das despesas realizada, conforme modelo do Anexo V;
- k) Notas fiscais, quando houver aquisição de equipamentos, como forma de comprovação da utilização dos recursos em conformidade com o objeto pactuado, acompanhadas de justificativa quanto à destinação dos bens
- l) Extrato bancário da conta corrente exclusiva aberta no Banco do Brasil para a execução do projeto, demonstrando as movimentações financeiras e a correta aplicação dos recursos.
- m) Comprovante da devolução de saldo residual, se houver;
- n) Termo de encerramento da conta corrente exclusiva do Banco do Brasil aberta para a execução do projeto.
- o) Ficha técnica contendo a relação dos participantes, com a indicação da respectiva função desempenhada no projeto
- p) Declaração da Participação na Execução Do Projeto assinada, por todos os integrantes do projeto, conforme modelo do Anexo IV;
- q) Comprovação das ações de divulgação e distribuição realizadas, quando previstas na proposta, incluindo peças gráficas, links, publicações, materiais promocionais, clipping, registros de campanha, inscrição em festivais, mostras, mercados ou demais estratégias de circulação do produto final;
- r) Comprovação da divulgação das ações de democratização de acesso realizadas, incluindo registro de inserção na Agenda Viva SP, quando aplicável, listas de presença, fotos, links, declarações dos espaços, relatórios de público ou outros documentos equivalentes.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

5.1 Caberá à SECRETARIA:

- a) Indicar formalmente o gestor responsável pelo acompanhamento da execução deste termo.
- b) Efetuar o repasse de acordo com o estabelecido neste termo.
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do projeto e o cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTEMPLADO.
- d) Disponibilizar, por meio do gestor indicado, canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas e prestação de orientações ao CONTEMPLADO quanto à execução do projeto e ao cumprimento das obrigações previstas neste termo, observados os procedimentos definidos pela SECRETARIA.

e) Atestar o cumprimento do objeto do projeto, com base na análise do Relatório de Execução do Objeto Cultural e demais documentos comprobatórios apresentados.

6 DA LICENÇA DE USO DA OBRA AUDIOVISUAL

6.1. O CONTEMPLADO autoriza expressa e inequivocadamente, por meio do presente instrumento jurídico, a utilização da obra audiovisual que resultará da execução do presente termo, licenciado o seu uso à SECRETARIA, para exploração nos seguintes termos:

a) A presente licença de uso autoriza a exploração gratuita, sem finalidade lucrativa e sem exclusividade da obra audiovisual pela SECRETARIA.

b) A presente licença de uso autoriza a utilização após 24 (vinte quatro) meses da estreia comercial.

c) A presente licença de uso será válida por prazo indeterminado.

d) A presente licença de uso é restrita a ações institucionais de difusão e formação de público pela SECRETARIA.

e) A presente licença de uso é restrita à utilização em equipamentos culturais, mostras, e programas diretamente gerido ou promovidos pela SECRETARIA, ou por meio de parcerias.

f) A presente licença de uso autoriza a utilização da obra em plataformas de streaming e solução de vídeo sob demanda (VoD), públicas ou conveniadas com o Estado.

g) A presente licença de uso autoriza a utilização da obra em exposições públicas em espaços alternativos, como escolas, centros comunitários, bibliotecas e espaços ao ar livre.

h) A presente licença de uso autoriza a utilização de trechos e de materiais da obra audiovisual em programas educativos e culturais.

i) A presente licença de uso é condicionada à utilização sem bilheteria ou qualquer outro intuito de lucro direto.

j) Em razão do caráter não-exclusivo da presente licença de uso, e da natureza do uso exclusivamente institucional, fica o CONTEMPLADO desimpedido para estabelecer outras formas de exploração comercial em conformidade com a legislação aplicável, responsabilizando-se por informar a Secretaria

da Cultura, Economia e Indústria Criativas eventual contrato de distribuição do conteúdo no Brasil que impeça a utilização pela Pasta.

6.2. Quando da entrega do Relatório de Objeto da Execução Cultural, as partes deverão celebrar termo de apostilamento ao presente termo de execução cultural, a fim de registrar as especificações da obra audiovisual objeto do presente licenciamento de uso, devendo constar:

- a) Título: (título da obra audiovisual selecionada)
- b) CPB: (número de Certificado de Produto Brasileiro cadastrado na ANCINE)
- c) Formato: (curta/média/longa/seriada)
- d) Duração: (duração total da obra única)
- e) Gênero/tipo: (documentário, ficção, animação)
- f) Classificação Indicativa:
- g) Ano de produção:
- h) Direção:
- i) Estado de origem:
- j) Sinopse da Obra Audiovisual:

6.3. O CONTEMPLADO obriga-se a entregar à SECRETARIA uma matriz da obra audiovisual quando da entrega do Relatório de Objeto da Execução Cultural, devendo seguir os padrões técnicos estabelecidos abaixo:

- a) Resolução de Vídeo Mínima (HD): 2k ou 4k
- b) Formato Recomendado: MP4
- c) Codec: .264 ou H.265
- d) Armazenamento: link de acesso e download em plataforma de armazenamento em nuvem (como Google Drive, OneDrive, Dropbox, WeTransfer ou similar), com permissão de acesso irrestrito à Secretaria por período indeterminado para fins de prestação de contas.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O objeto do presente termo será dado como realizado definitivamente após a emissão do Termo de Conclusão do Projeto, sem prejuízo aos efeitos da licença de uso no prazo definido na Cláusula 6.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8.1 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Em caso de descumprimento do objeto, total ou parcial, ou se verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira do projeto aprovado, o CONTEMPLADO estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada.
- b) Aplicação de multa, observado o intervalo de 0,5% a 10% do valor total do instrumento celebrado.
- c) Suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento com a Administração pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- d) Vedação de participação em novos Editais, até que seja regularizada a situação.

9.2 Se comprovada má-fé, as medidas previstas nas Cláusula 9.1 poderão ser aplicadas cumulativamente.

9.3 Na aplicação das sanções, a SECRETARIA considerará a gravidade das irregularidades constatadas e eventual reincidência, para fins de dosimetria da penalidade imposta, dentre as legalmente previstas.

9.4 Considera-se ainda como inadequação na execução do objeto a não divulgação do apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo, da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, do Fomento CULTSP, do ProAC e de seus símbolos, durante a execução do projeto.

10. DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA SECRETARIA

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser rescindido caso o CONTEMPLADO descumpra qualquer de suas disposições, o respectivo Edital ou as Leis nº14.903/2024 e nº12.268/2006.

10.2 O Termo também poderá ser rescindido, a qualquer tempo, em caso de comprovação de inveracidade das informações prestadas, de descumprimento das vedações previstas neste Edital, ou de outras irregularidades apuradas durante o processo.

10.3 O Termo será igualmente passível de rescisão unilateral pela Secretaria, nos termos deste Edital, em caso de infração aos itens 12.11 e 12.12 do Edital, notadamente quando houver assinatura de Termo de Execução Cultural relativo a outro Edital em desconformidade com as referidas disposições.

10.4 O CONTEMPLADO reconhece, desde já, os direitos da SECRETARIA nos casos de rescisão administrativa.

10.5 Caso o CONTEMPLADO não indique, em até 5 (cinco) dias corridos, contados da data da assinatura do presente termo, os dados da conta corrente aberta, ativa e apta, no Banco do Brasil, para uso exclusivo na execução do objeto, o presente termo será considerado rescindido.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O CONTEMPLADO declara ser o legítimo titular, ou possuir as devidas autorizações, de todos os direitos autorais e conexos necessários para a concepção e execução da proposta cultural, responsabilizando-se integralmente por sua regularidade e pela obtenção de eventuais licenças ou anuências de terceiros, quando aplicável.

11.2 Às omissões do presente termo aplicam-se as disposições da Lei Federal nº14.903/2024, da Lei Federal nº 9.610/1998, Lei Estadual nº12.268/2006, Decreto Estadual nº 54.275/2009, e demais normas aplicáveis à espécie.

11.3 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste termo e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.4 Integram o presente termo a cópia do Edital do Chamamento Público e a cópia do Projeto (Plano de Trabalho) contemplado e respectiva documentação.

12. ASSINATURAS

12.1 Por estarem as partes justas e de acordo, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via digital assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

Diretora de Fomento Economia e Indústria Criativas
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo

XXXXXXXX – CONTEMPLADO
(Proponente)